

# CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA - IFB

## 1. Núcleos de Formação

Esta minuta tem o intuito de instituir o Núcleo de Formação Comum, o Articulador das Dimensões Teórico e Prática e o de Formação Técnica e Científica para os cursos de Licenciatura do IFB, tendo em vista a proposta de um currículo que viabilize uma base comum de formação integrada à formação específica.

O desenho curricular proposto para os cursos de Licenciatura tem como princípio básico cursos que possuam componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos, destacando-se o emprego de ambientes de aprendizagem e de projetos integradores interdisciplinares. Ele se apresenta organizado em bases conceituais e núcleos, destinados a trabalhar conhecimentos relacionados às formações geral e específica de forma integrada.

Está dividido em 3 Núcleos:

### I. Núcleo de Formação Comum

Esse núcleo é caracterizado pela base curricular comum, sendo composto pelos **Núcleo Instrumental** e **Núcleo Pedagógico** e devendo ser desenvolvido numa perspectiva integradora.

1. **Núcleo Pedagógico:** os componentes desse núcleo devem ser trabalhados em uma perspectiva integradora, preferencialmente, ao longo de toda a formação. Busca desenvolver competências educativas necessárias à formação do profissional da educação, objetivando fundamentar a sua prática pedagógica com um referencial teórico-prático voltado para o contexto social, escolar e de aula.

2. **Núcleo Instrumental:** saberes comuns à área de conhecimento e “instrumentais” inerentes à formação de profissionais da educação. Busca trabalhar conhecimentos fundamentais à formação docente na sua área de atuação, integrando e articulando os conhecimentos que fundamentam a ação educativa, visando contribuir com o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional do estudante. Como exemplos de componentes curriculares do Núcleo Instrumental, pode-se citar: Cultura e Sociedade, Leitura e Produção de Texto, Metodologia Científica, Noções de Estatística Aplicada à Educação, Matemática Básica, Novas Tecnologias no Trabalho Docente, dentre outros componentes curriculares.

### II. Núcleo Articulador das Dimensões Teórico e Práticas

Esse núcleo, caracterizado como base curricular complementar, busca articular a formação comum com a formação teórica e científica, desenvolver atividades que possibilitem o exercício da habilitação, numa perspectiva interdisciplinar e integradora com conhecimentos de áreas correlatadas, bem como atividades acadêmico-científico-culturais orientadoras para a formação de pesquisadores da própria prática.

### III. Núcleo de Formação Teórica e Científica

Núcleo caracterizado pela base curricular específica, pelos conhecimentos

científico-tecnológicos relativos à habilitação numa perspectiva da transposição didática, com envolvimento de conteúdos relativos à Educação Básica associados às didáticas específicas a cada nível de escolaridade. Esse núcleo também disponibilizará uma carga horária mínima de 100h de componentes curriculares optativos.

Os 3 núcleos são permeados por atividades de Prática Profissional, representada pela **Prática de Ensino, Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Atividades Acadêmico-científico-culturais (atividades complementares)**.

A Prática Profissional representada pela Prática Pedagógica (Prática de Ensino), o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e as Atividades Complementares são atividades que devem ser desenvolvidas não só na Prática Profissional, mas também na base curricular complementar, perpassando todo o curso.

O componente “Prática Pedagógica” poderá ser estruturado abordando-se três dimensões fundamentais: (i) o contexto social (no qual, além de outras questões sugere-se abordar a discussão da relação Educação-Trabalho); (ii) o contexto da escola (o qual possibilita compreender a relação escola-sociedade, assim como os arranjos institucionais e organizacionais internos); e (iii) o contexto da aula (que trabalha os ambientes de aprendizagem e culmina no estágio curricular supervisionado, propriamente dito).

Dentro dessa perspectiva, prevê também o desenvolvimento de projetos integradores, sugerindo a realização de atividades em ambientes de aprendizagem, baseada na transversalidade dos saberes, estabelecendo uma estruturação curricular em Núcleos de Formação a partir dos conhecimentos comuns e específicos das áreas de conhecimento e das habilitações, do conhecimento pedagógico e complementares. A ideia do Núcleo trabalha na perspectiva de que o professor precisa perceber, para além do seu campo específico de atuação, a questão da Ciência de uma forma mais ampla.

Sem perder o diálogo imprescindível à garantia da unidade dos saberes que compõem a formação docente, o desenho curricular sugerido apresenta a flexibilidade necessária de modo a oferecer aos egressos mais de uma habilitação quando a estruturação curricular assim o permitir.

As matrizes dos cursos de Licenciatura deverão conter, obrigatoriamente, os três Núcleos descritos acima, conforme estabelecido no item Matriz Curricular desta normatização

Os tópicos discriminados no Anexo I orientam a formulação das ementas do Núcleo Pedagógico.

## **2. Requisitos legais e normativos**

### **2.1. Diretrizes Gerais para os Cursos de Licenciaturas**

No instrumento de avaliação de cursos de graduação do Inep, que subsidia os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento –, há itens que se enquadram na categoria requisitos legais e normativos.

De acordo com esse instrumento de avaliação, esses itens são essencialmente regulatórios, por isso não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores apenas fazem o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal e normativo por parte

da instituição para que o Ministério da Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis.

Dentre esses requisitos legais e normativos, citamos aqui aqueles que consideramos que, para serem cumpridos, precisam ser incorporados ao currículo do curso:

<b>Dispositivo Legal</b>	<b>Explicitação do dispositivo</b>
<b>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena</b> (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004)	A temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena está inclusa nos componentes curriculares e atividades curriculares do curso?
<b>Políticas de Educação Ambiental</b> (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002)	Há integração da educação ambiental aos componentes curriculares do curso de modo transversal, contínuo e permanente?
<b>Desenvolvimento Nacional Sustentável</b> (Decreto nº 7746, de 5/6/2012, e Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012).	A Instituição cumpre a exigência da legislação?
<b>Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos</b> (Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012)	A Instituição cumpre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos?

Como já mencionado anteriormente, devemos considerar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, as Políticas de educação ambiental e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos nos impõem uma discussão acerca do currículo, visto, nesse sentido, como uma ferramenta para o enfrentamento de importantes questões.

Precisamos ainda reconhecer que essas diretrizes apontam para práticas pedagógicas permanentes e cotidianas, não se limitando a datas comemorativas.

Diante disso, há a necessidade de ações em cumprimento à obrigatoriedade das temáticas apontadas nos dispositivos legais citados. Qual estratégia, então, podemos utilizar para cumprir o que indicam essas diretrizes? Entendemos que a iniciativa deve ser de cada curso, respeitada a autonomia, para fazer cumprir o que indicam essas diretrizes. É preciso que cada curso apresente em seu projeto pedagógico as estratégias que serão utilizadas para atender a esses dispositivos legais.

A seguir, fazemos algumas sugestões de como essas diretrizes podem ser incorporadas ao currículo dos cursos superiores.

1. Podem ser inseridos componentes curriculares relativos à Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos no currículo dos cursos de formação de professores.

2. Como não há obrigatoriedade de inserção de componentes que versem especificamente sobre o assunto, é importante que cada componente curricular avalie como essas temáticas podem ser inseridas em seu planejamento. Por exemplo, no componente que tratar de legislação educacional, é possível contemplar o estudo dessas diretrizes também. Ou seja, o conteúdo dessas diretrizes pode ser incorporado por outros componentes do núcleo pedagógico das licenciaturas e também por componentes específicos do curso.

3. É possível incluir os conteúdos referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos em projetos de pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, cada curso pode constituir um núcleo destinado ao acompanhamento, estudo e desenvolvimento da Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos.

4. A coordenação do curso pode promover atividades de formação continuada em Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos para os profissionais da educação.

5. A coordenação do curso, juntamente com o corpo docente, poderá construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as questões relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos para todos os cursos de graduação.

## **2.2. Diretrizes para o Núcleo Pedagógico**

Deve-se garantir no mínimo um quinto (1/5) da carga horária total para o desenvolvimento dos conteúdos relativos aos componentes didático-pedagógicos, conforme estabelecido na Resolução 1 CNE/CP, 2002.

## **2.3. Diretrizes para a Prática Pedagógica**

Estágio Supervisionado Obrigatório – 400h

Atividades acadêmico-científico-culturais (Atividades Complementares) – 200h

Prática de Ensino – 400h

Carga horária mínima, conforme estabelecido na Resolução 2 CNE/CP, 2002.

## **2.4. Diretrizes para a Carga Horária Mínima dos Cursos de Licenciatura**

2.800h, carga horária mínima, conforme estabelecido na Resolução 2 CNE/CP, 2002, podendo chegar a 15% a mais na carga horária total do curso, conforme Resolução 21-2012/CS-IFB.

## **2.5. Diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso voltado para um Curso de Licenciatura**

Constitui objetivo dos Institutos Federais, estabelecido pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, entre outros, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica” (BRASIL, 2008). Nesse sentido, o trabalho nos cursos de Licenciatura do IFB deve primar por uma pesquisa orientada para o foco desses cursos, ou seja, a práxis docente.

A formação docente exige um bom grau de preparo relativo aos saberes específicos da área de estudo, ao mesmo tempo em que demanda alto grau de conhecimentos pedagógicos, necessários à prática docente. Considerando que o grau primeiro que se concederá aos egressos desses cursos é o de licenciados, a formação pedagógica na área específica da licenciatura cursada se configura como prioritária e, por isso, deve merecer maior atenção por parte dos licenciandos na culminância de suas graduações.

Entende-se que os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC's – constituem-se em pontos culminantes da licenciatura, motivo pelo qual indica-se como necessário que a temática a ser adotada nos TCC's dos licenciandos seja voltada para o trabalho docente, ou seja, para atividades de ensino e aprendizagem ou de propostas de ações avaliativas, com o objetivo de relacioná-lo ao estágio e às práticas de ensino.

### **3. Estrutura Curricular – Núcleos de Formação**

#### **3.1. Núcleo de Formação Comum (83,3 h/a + 680 h/a ou 100 h + 570 h) – Total: 763,3 h/a ou 670 h)**

##### **3.1.1. Núcleo Instrumental – Total: 83,3 h/a ou 100 h**

Este núcleo terá no mínimo uma carga horária de 83,3 h/a ou 100 h de componentes curriculares.

##### **3.1.2. Núcleo Pedagógico – Total: 680 h/a ou 570 h**

<b>Componente Curricular</b>	<b>Carga Horária (Hora/aula)</b>	<b>Carga Horária (Hora/relógio)</b>
Filosofia da Educação	80	67
Sociologia da Educação	80	67
História da Educação	80	67
Fundamentos do Desenvolvimento Humano	60	50
Psicologia Aplicada na Educação	60	50
Didática I – O Objeto do Conhecimento	60	50
Didática II – A Organização do Trabalho Pedagógico	60	50
Organização da Educação Brasileira	60	67
Libras	60	33,5
Projeto de Conclusão de Curso	40	33,5
Trabalho de Conclusão de Curso	40	33,5
<b>Carga horária total</b>	<b>680 h/a</b>	<b>570 h</b>

O Núcleo Pedagógico, como fluxograma de interação entre as áreas do conhecimento é dividido em blocos, denominados nesta normativa, como blocos de Fundamentos, Organização do Trabalho Pedagógico e Consolidação da Prática Pedagógica.

**Fundamentos:** Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, Fundamentos do Desenvolvimento Humano e Psicologia na Educação.

**Organização do Trabalho Pedagógico:** Didática I, Didática II e Organização da Educação Brasileira.

**Consolidação da Prática Pedagógica:** Projeto de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso.

Este Núcleo deverá estar sempre correlacionado com as ações do Estágio e das Práticas de Ensino.

### 3.2. Núcleo Articulador das Dimensões Teórico e Práticas

Componente Curricular	Carga Horária (Hora/aula)	Carga Horária (Hora/relógio)
Práticas de Ensino	480	400
Estágio Supervisionado Obrigatório	480	400
Atividades Complementares	240	200
Carga horária total	1200 h/a	1000 h

### 3.3. Núcleo de Formação Teórica e Científica

Este núcleo terá no mínimo uma carga horária de 1396,7 h/a ou 1130 h de componentes curriculares.

### 3.4. Total dos Núcleos de Formação

Núcleos de Formação	Carga Horária (Hora/aula)	Carga Horária (Hora/relógio)
Núcleo de Formação Comum	763,3	670
Núcleo Articulador das Dimensões Teórico e Práticas	1200	1000
Núcleo de Formação Teórica e Científica	1396,7	1130
Carga horária total	3360 h/a	2800 h

### Considerações Finais

O presente documento traduz não só reflexões, como também sintetiza formulações e experiências de cursos de licenciatura em desenvolvimento no IFB. Espera-se que essas contribuições venham a colaborar com o processo de implantação da formação de professores no Instituto.

Na abertura de novos cursos ou em caso de revisão do Projeto Pedagógico de Curso – PPC dos cursos do IFB, o Núcleo Docente Estruturante – NDE dos cursos deverá seguir esta normatização, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino – PREN, com um prazo máximo de 5 (cinco) anos, a contar com a data da publicação desta normativa.







## ANEXO I

<b>Componente Curricular</b>	<b>Tópicos para as Ementas</b>
Filosofia da Educação	Conexão entre a filosofia e a educação. A filosofia antiga e sua contribuição para a reflexão sobre problemas pedagógicos. Fundamentos filosóficos da educação ocidental a partir da Filosofia desenvolvida durante a idade média e moderna: a patrística e a escolástica, o racionalismo, o empirismo, o iluminismo kantiano e a concepção educacional de Rousseau. Filosofia contemporânea e seus impactos nas transformações pedagógicas: Nietzsche, Marx, Adorno, Morin e Foucault.
Sociologia da Educação	A educação como processo social. Relação educação e sociedade. Indicadores sociais e educacionais brasileiros e suas implicações na educação básica e profissional. Tendências teóricas da sociologia da educação e sua influência na educação brasileira.
História da Educação	Introdução à História da Educação. Bases epistemológicas, metodológicas e teóricas da História e História da Educação. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Fundamentos da História da Educação e da Pedagogia: na antiguidade, na modernidade e na contemporaneidade. Inter-relações da História da Educação e sua importância para compreensão da realidade educacional contemporânea: a questão do interdisciplinar e do transdisciplinar.
Fundamentos do Desenvolvimento Humano	O desenvolvimento biopsicossocial do ser humano e suas implicações na educação. As principais abordagens teóricas em Psicologia. A relação professor-aluno, motivação, emoção, afetividade, inteligência e aprendizagem.
Psicologia Aplicada na Educação	Primeiras teorias psicológicas associadas à aprendizagem: Thorndike, Pavlov e Skinner; O cognitivismo e a perspectiva da aprendizagem significativa de Ausubel; A Teoria de desenvolvimento da inteligência de Jean Piaget; O desenvolvimento histórico-social na perspectiva de Vigotski.
Didática I – O Objeto do Conhecimento	identificação do campo de estudo; histórico e conceituação; o papel da didática na formação e na atuação do docente; O ensino e a aprendizagem: fundamentos para a organização da ação docente; compreensões e perspectivas sobre o ensino e a aprendizagem; os elementos que envolvem o ensino e a aprendizagem: o conhecimento, o aluno e o professor. A organização do trabalho pedagógico: a intencionalidade do ato de ensinar; as perspectivas teóricas sobre o ensino e a aprendizagem; as ações didáticas – metodologias e suas

	relações com as teorias da aprendizagem.
Didática II – A Organização do Trabalho Pedagógico	A aula: a relação professor aluno; As diferentes formas de organização dos processos de ensino: o planejamento por objetivos; desenvolvimento de competências; o ensino desenvolvido por projetos. Os elementos envolvidos na organização e no planejamento dos processos de ensino: Projeto Político-Pedagógico; Planos de Curso, Plano Ensino e Plano de aula; A seleção e conceituação dos conteúdos escolares; A adequação das metodologias; O uso dos recursos materiais; A avaliação da aprendizagem e a avaliação do ensino.
Organização da Educação Brasileira	Políticas educacionais no Brasil no contexto das políticas públicas; educação brasileira e as esferas do poder público; políticas educacionais e legislação de ensino; organizações dos sistemas de ensino - etapas, níveis e modalidades de ensino; financiamento, gestão, avaliação e formação de profissionais da educação.
Libras	Ver anexo II.
Projeto de Conclusão de Curso	Modalidades de pesquisa em Educação relacionadas às Licenciaturas. Etapas da elaboração de um projeto de pesquisa. Especificidade da pesquisa bibliográfica. Normas da ABNT. Redação do Projeto de Pesquisa. A área de formação dos egressos desses cursos é o de licenciados, a formação pedagógica na área específica da licenciatura cursada se configura como prioritária e, por isso, deve merecer maior atenção por parte dos licenciandos na culminância de suas graduações.
Trabalho de Conclusão de Curso	Entende-se que os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC's – constituem-se em pontos culminantes da licenciatura, motivo pelo qual indica-se como necessário que a temática a ser adotada nos TCC's dos licenciandos seja voltada para o trabalho docente, ou seja, para atividades de ensino e aprendizagem ou de propostas de ações avaliativas.

## ANEXO II

Devido à especificidade do componente curricular Libras, constituiu-se uma comissão com profissionais da área para que esse grupo pudesse propor não só a ementa para o referido componente, mas também objetivos, conteúdos e referências bibliográficas. A seguir, encontram-se as propostas do grupo de especialistas.

**COMPONENTE CURRICULAR: LIBRAS (carga horária total: 60h)**

## **1.EMENTA**

Reconhecimento dos estudos sobre a Cultura e Identidade Surda como essenciais para aquisição do conhecimento pertinente às comunidades surdas brasileiras, bem como proporcionar aos discentes uma melhor compreensão e absorção da realidade do povo surdo oportunizando maior interação e intercâmbio cultural entre surdos e não-surdos. Estudos da Língua Brasileira de Sinais – Libras reconhecendo a como uma língua, sua gramática e seus parâmetros. Desenvolvendo habilidades de coordenação motora manual e expressões não manuais que irão compor os elementos básicos para o desenvolvimento de sua fluência.

## **2.OBJETIVOS**

### **GERAL**

Habilitar a sociedade em nível básico de LIBRAS Língua Brasileira de Sinais; proporcionar conhecimentos práticos de Libras para o uso efetivo no ambiente; possibilitar melhor comunicação entre o falante de língua oral e o usuário de língua de sinais; eliminar barreiras comunicacional e atitudinal que não incluem o sujeito surdo/DA na sociedade em que vive.

### **ESPECÍFICOS**

- Sensibilizar a comunidade acadêmica a respeito das idiossincrasias do povo e comunidade surda;
- Promover intercâmbio cultural entre os falantes da língua de sinais e os falantes da língua oral;
- Desconstruir o imaginário social a respeito das comunidades surdas e da língua de sinais;
- Desmistificar conceitos sobre as particularidades da língua de sinais bem como da pessoa surda;
  - Conhecer a história do povo surdo e sua educação;
  - Identificar os artefatos culturais do povo surdo.
  - Habilitar os alunos quanto ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais;
  - Oferecer condições para o desenvolvimento de coordenação motora fina visando habilidade na comunicação visual;
  - Alertar e auxiliar o desenvolvimento da acuidade visual com a finalidade de compreender a comunicação visual;
  - Oferecer conhecimentos práticos de Libras para o uso efetivo nos ambientes social e específicos;
    - Desenvolver a fluência na língua de sinais;
    - Dar condições para o início do processo tradutório Libras/português – português/Libras.

### **CONTEÚDO**

- Linha do tempo: História do povo surdo;
- Conceituação de cultura;

- Cultura Surda;
- Artefatos culturais do povo surdo;
- Surdez: Um olhar cultural x olhar clínico;
- Representações do imaginário sobre a cultura surda e o povo surdo;
- Identidades surdas: tipos e graus de surdez;
- Libras: idioma oficial das comunidades surdas brasileiras;
- Trajetória da educação das pessoas surdas (amparo legal à educação inclusiva);
- Tecnologias assistivas para as pessoas surdas;
- A pessoa surda na contemporaneidade;
- Introdução à Língua Brasileira de Sinais - criação do sinal pessoal.
  
- Postura
- Parâmetros de Libras:
  1. Configuração de mãos
  2. Movimento
  3. Ponto de articulação
  4. Locações
  5. Expressão facial
  
- Pares mínimos
- Classificadores de Língua de Sinais
- Sinal de negação de Língua de Sinais
- Datilologia e Soletração

#### Ensino de vocabulário por campos semânticos

- ✓ Saudação
- ✓ Números cardinais, ordinais e quantidade
- ✓ Pronomes pessoais
- ✓ Família e residência
- ✓ Meios de comunicação e transportes
- ✓ Anatomia e funções corporais
- ✓ Dias da Semana
- ✓ Animais
- ✓ Frutas
- ✓ Cores
- ✓ Profissões
- ✓ Vida diária escolar
- ✓ Vida diária no ambiente de trabalho
- ✓ Verbos
- ✓ Pronomes Pessoais, Demonstrativos e Advérbios de lugar, Possessivos, Interrogativos
- ✓ Tipos de Frases

- ✓ Pronomes e Expressões interrogativas
- ✓ Advérbios de tempo
- ✓ Estados
- ✓ Meios de Comunicação
- ✓ Pronomes indefinidos
- ✓ Adjetivos na LIBRAS
- ✓ Comparativo de igualdade, superioridade e inferioridade
- ✓ Advérbios de tempo
- ✓ Utilização de numerais para valores monetários
- ✓ Tipos de verbo na LIBRAS
- ✓ Os classificadores na Libras
- ✓ Prática de LIBRAS contextualizada
- ✓ Diálogos da Área do Curso

## **METODOLOGIA**

- Aulas expositivas;
  - i. Aquecimento
  - ii. Apresentação
  - iii. Prática
  - iv. Produção
  - v. Fechamento
- Utilização de recursos visuais;
- Atividades orientadas;
- Material impresso;
- Aulas práticas com teatralização.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

Brasil. MEC. Saberes e Práticas da inclusão - Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. SEEP/Brasília/DF, 2005.

FELIPE, T. A. Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante. 8ª edição, Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007. ERNANDES, S. Aspectos Linguísticos da LIBRAS. Secretaria de Estado da Educação. Departamento da Educação Especial. Estado do Paraná. 1998.

GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e Preconceitos em torno da língua e realidade surda. São Paulo, Parábola Editorial, 2009.

Sá, Nídia R. Limeira de. Cultura, Poder e Educação de Surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## **Complementar**

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

EDUARDO, P. Libras Diária: Apostila de Libras. Disponível em: <http://librasdiaria.wordpress.com/2014/01/31/apostilas>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. São Paulo: Plexos, 1997.

LULKIN, S. A. **O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada**. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 1 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 33-49

SKLIAR, Carlos (org.). **Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre : Artmed, 2004.

WILCOX, S. e WILCOX, P.P. **Aprender a ver**. Tradução de LEITE, T.A. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2005.

